EDITAIS DE CHAMAMENTO

SEDUC REALIZA NOVA CONSULTA PÚBLICA PARA AMPLIAR MODELO CÍVICO-MILITAR EM MAIS 22 ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

REDAÇÃO DS / ASSESSORIA SEDUC-MT

FOTO: DIVULGAÇÃO

VEREADOR BENTO MUNIZ PASSARÁ POR CONSULTA NOS DIAS 24 E 25

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) publicou na segunda-feira, 16, editais de chamamento para a realização de consulta pública sobre a possível adoção do modelo de gestão cívico-militar em 22 escolas da Rede Estadual em 18 municípios.

As consultas estão previstas para os dias 31 de março e 1º de abril e serão realizadas nas próprias unidades escolares. O processo envolverá toda a comunidade escolar, incluindo servidores, estudantes e familiares.

Nesta etapa, foram contempladas unidades vinculadas às Diretorias Regionais de Educação (DREs) de Primavera do Leste, Juína, Rondonópolis, Metropolitana, Sinop, Alta Floresta e Tangará da Serra (Escola João Monteiro Sobrinho, de Nova Olímpia).

A votação será secreta, com escolha entre as opções "aprovo" e "não aprovo". O resultado será divulgado ao fim do processo, por meio de comunicados nas escolas, nas Diretorias Regionais de Educação (DREs) e também nos canais oficiais da Seduc.

Além deste, a Seduc-MT já tem agendado para realizar nos dias 25 e 26 de março, uma outra consulta pública, oportunidade que as Escolas Vereador Bento Muniz, de Tangará da Serra e União da Chapada, em Campo Novo, da DRE Tangará, participarão do processo.

Atualmente, Mato Grosso conta com 170 escolas estaduais que já adotam o modelo cívico-militar. Em Tangará da Serra, até o momento, são sete escolas cívico militares. As escolas Pedro Alberto Tayano (bairro Esmeralda) e Professora Jada Torres (bairro Jardim Dona Júlia) foram as primeiras a passarem pela conversão, votada e confirmada em final de 2024, com implantação em 2025.

Já em 2026, no mês de fevereiro, outras cinco escolas também passaram a cívicos militares sendo: Escola 29 de Novembro (aprovada com 71,4% dos votos); EE Professor João Batista (74%); EE Manoel Marinheiro (96,4%); EE Vereador Ramon Sanches Marques (90,2%); e, EE Dr. Hélcio de Souza (94,1%).

A Seduc destaca que a adesão ao modelo não altera o currículo escolar, uma vez que o Programa de Escola Cívico-Militar não integra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996).

FOTO: DIVULGAÇÃO

Dr. João destaca importância do "Jovem Aprendiz na Assembleia Legislativa" e celebra oportunidade inédita na história da Casa

ASSESSORIA ALMT

O primeiro-secretário e deputado estadual Dr. João (MDB) participou do lançamento, na terça-feira, 17, do programa "Jovem Aprendiz na Assembleia Legislativa", iniciativa inédita na história da Casa de Leis e que marca a primeira experiência da ALMT com esse modelo de contratação voltado à formação profissional de jovens.

O programa é realizado em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e funciona por meio de uma cooperação entre a Secretaria de Gestão de Pessoas da Assembleia Legislativa e as empresas Bom Futuro e Via Brasil. Ao todo, 18 jovens passam a atuar nas dependências do Parlamento estadual, onde terão contato com a prática profissional, sem gerar ônus financeiro à ALMT. Os contratos permanecem vinculados às empresas e às entidades formadoras, responsáveis pela remuneração e pela capacitação teórica.

Durante o evento, também foi assinado um termo de cooperação entre o MTE e a Assembleia Legislativa, reforçando a parceria institucional não apenas para a promoção da aprendizagem, mas também para o enfrentamento conjunto ao trabalho análogo à escravidão em Mato Grosso.

Para Dr. João, a chegada do programa representa um avanço importante na missão social da Assembleia. "A Assembleia Legislativa não pode ser apenas um espaço de debates e votações. Ela também precisa ser um ambiente de oportunidade, inclusão e transformação de vidas. Quando a gente abre as portas para os jovens, está ajudando a construir futuro", afirmou.

Dr. João também ressaltou que o programa oferece mais do que experiência profissional. "O jovem aprendiz não recebe só uma função. Ele recebe orientação, vivência, disciplina, responsabilidade e passa a enxergar novos caminhos. É assim que se forma cidadão e também profissional preparado para o mercado de trabalho", pontuou.

"Além da aprendizagem, esse termo amplia a cooperação com o MTE em uma pauta muito séria, que é o enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão. É uma união que mostra sensibilidade social e compromisso com a dignidade humana", concluiu.